

Documentos relativos à polémica recente sobre a iniciativa da ABA de promover uma visita oficial ao Projeto Waimiri-Atroari (FUNAI/Eletronorte), entre a Comissão de Assuntos Indígenas e os assessores Marcio Silva e Stephen Baines.

1) Artigo "Comissão de Assuntos Indígenas visita etíope Waimiri-Atroari, por Cecília Maria Viens Helm, publicado no Boletim da ABA nº 13 de novembro de 1992;

2) Carta por mim dirigida ao Presidente da Comissão de Assuntos Indígenas da ABA, Prof. Dr. João Pacheco de Oliveira (cc. Prof. Dr. Sílvio Coelho dos Santos, Presidente da ABA) em 17 de maio p.p., manifestando críticas à gestão política desta iniciativa da ABA e solicitando providências;

3) Carta do Presidente da ABA a mim dirigida, encaminhando relatório de visita da referida Comissão;

4) Relatório sobre a visita aos Waimiri-Atroari, assinado por um membro da referida Comissão;


5) Comentários do Prof. Dr. Stephen Grant Baines (UnB) ao relatório;

6) Carta por mim dirigida ao Presidente da ABA, Prof. Dr. Sílvio Coelho dos Santos, em 19 de junho p.p. com críticas a esta iniciativa da ABA e ao relatório, e mais uma vez solicitando providências;

7) Carta do Departamento de Antropologia da UnB ao presidente da ABA solicitando que o relatório da Comissão fosse desautorizado;

8) Documento "A visita aos Waimiri-Atroari" da Profa. Dra. Cecília Maria Viens Helm, historicando os trabalhos da Comissão de Visitas e reconhecendo o erro político da ABA na gestão desta iniciativa;

9) Carta da Comissão de Assuntos Indígenas da ABA, assinada por seu Presidente, Prof. Dr. João Pacheco de Oliveira, e pelos membros Prof. Dr. Rogue de Barros Laraia, Prof. Hênio Barreto Filho, Prof. Dr. Pedro Agostinho, Profa. Dra. Lux Vidal declarando (a) que o documento assinado pela Profa. Dra. Cecília Helm se trata de um relatório de visita e não um relatório de avaliação da ABA; (b) que a autoria do relatório não é da Comissão de Assuntos Indígenas, mas da Comissão "ad hoc" que visitou os Waimiri-Atroari; (c) que é necessário promover uma avaliação do Programa Waimiri-Atroari, com rigor metodológico, isenção e independência; e (d) que não há razão alguma que justifique o fechamento da Área Indígena Waimiri-Atroari à pesquisa antropológica. Além disso, o documento solicita a garantia do livre exercício das atividades profissionais de pesquisa dos antropólogos, como reza o Artigo nº 1 do Código de ética da ABA.


Prof. Dr. Marcio Ferreira da Silva
UNICAMP - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Antropologia

Cecília Maria Vieira Helm*

Comissão de Assuntos Indígenas visita aldeia Waimiri-Atroari

O Departamento de Meio Ambiente da Eletrobrás e a coordenação do Programa Waimiri-Atroari, Eletronorte/Funai, encaminharam uma solicitação à Diretoria da ABA, para que indicasse uma comissão de antropólogos para verificar as condições de vida dos Waimiri-Atroari e apresentar sugestões à Eletrobrás, para a melhoria do Programa, que está sendo implementado há cinco anos entre esses índios.

A Presidência da ABA delegou ao Coordenador da Comissão de Assuntos Indígenas, antropólogo João Pacheco de Oliveira Filho, a tarefa de fazer os convites e coordenar os trabalhos da comissão. Em certo momento, João Pacheco justificou que não poderia viajar para a Amazônia e fazer parte do grupo de trabalho.

Aceitaram o convite os antropólogos Cecília Maria Vieira Helm e Henio Barreto, da Comissão de Assuntos Indígenas da ABA, e Lino João de Oliveira Neves, representando a Universidade do Amazonas.

O presidente da ABA, Sílvio Coelho dos Santos, também integrou a Comissão e não poupou esforços, para que os trabalhos tivessem êxito na difícil tarefa de averiguar como estão sobrevivendo os índios Waimiri-Atroari, devido às vicissitudes e mudanças que ocorreram em seu modo tradicional de vida e organização.

A Eletrobrás esteve representada pela antropóloga Miriam Regini Nutti e socióloga Fani Baratz. Na sede do Programa Waimiri-Atroari, na cidade de Manaus, foram apresentadas as suas linhas gerais por técnicos da Funai e Eletronorte, pelos coordenadores do Programa e profissionais liberais que atuam nas aldeias

desses índios.

A VISITA

A Comissão percorreu a estrada BR-174, que liga Manaus a Boa Vista, para chegar às aldeias dos índios Waimiri-Atroari, da família linguística Karibe, que habitam uma parte do norte do Estado do Amazonas e sul de Roraima, nas bacias dos rios Alalaú, Camanaú, Curinaú e do Igarapé Santo Antônio do Abonari.

Há registros que, no final da década de 60, o Governo Federal deu início a uma série de projetos de larga escala, que atingem diretamente o território desses índios, com sérios danos para a população Waimiri-Atroari. A BR-174 cortou o seu território ocasionando enfrentamentos entre índios e os construtores da estrada, com perdas populacionais significativas. Em 1979, empresas mineradoras do Grupo Paranapanema invadiram o território indígena gerando a ocupação e redução de parte da área Waimiri-Atroari e a exploração de recursos minerais, sem a necessária contrapartida para os indígenas.

A construção da Hidrelétrica de Balbina, pela Eletronorte, foi outro desastre para os Waimiri-Atroari e, também, para o Brasil. Balbina é um dos projetos conhecidos como "obras faraônicas" (Fearnside, F.M. 1990).

Tais projetos de desenvolvimento causaram uma redução drástica da população indígena. A população de 3.500, em 1973, foi reduzida

para 1.100 em 1979 (estimativas da Funai) e, daí, para 374, sendo a maior parte crianças, até o ano de 1987.

(Doc. Ambiente, Desenvolvimento, Comunidades Indígenas, Eletronorte, Eletrobrás, p.6 s/d.).

A Eletronorte, em comum acordo com a Funai, para "atenuar os impactos dos empreendimentos econômicos que atingem os Waimiri-Atroari", e, devido às pressões nacionais e de órgãos estrangeiros financiadores, elaborou em 1988 o Programa de Assistência aos Waimiri-Atroari, chamado PWAIFE. Conforme documento divulgado pela Eletronorte, trata-se de "uma ação indigenista como forma de atenuar os impactos provocados pela interferência do reservatório da UHE Balbina nas terras dos Waimiri-Atroari e que objetiva mitigar grande parte dos problemas provocados pela ação do Estado e de empresas privadas na vida dos Waimiri-Atroari" (Doc. Eletronorte, p.5).

A crítica feita ao Programa aponta o seu comprometimento com o Governo e a proibição de entrada na área de antropólogos (Stephan Baines, 1992), jornalistas e membros de seitas religiosas.

O programa tem contribuído para garantir a sobrevivência física desses índios; demarcação de suas terras (1987) e usufruto exclusivo da área homologada em 1989. A rápida visita permitiu que a Comissão percebesse que se trata de uma população constituída de cri-

anças e jovens.

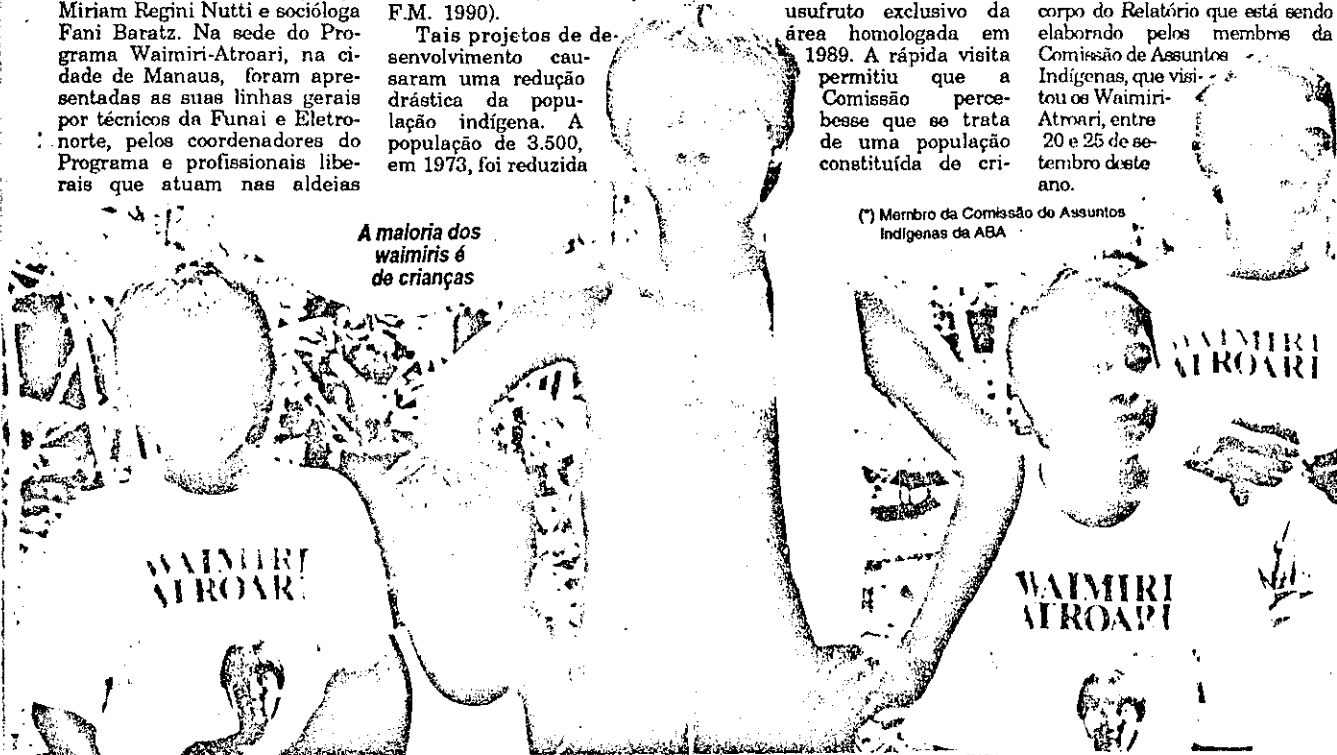
Os Waimiri-Atroari aparentam boas condições de saúde. A equipe médica do Programa faz visitas periódicas às suas aldeias. Observamos roçados próximos às malocas com uma diversidade de frutíferas, tubérculos, raízes. Complementam a alimentação que provém dos roçados com uma dieta de peixes e carnes de diversos animais que abatem na mata.

"As escolas e seu funcionamento regular são uma preocupação e reivindicação dos líderes indígenas", diz Tomás, cacique de uma das aldeias. As discussões que se desenrolaram entre a Comissão e os membros do Programa revelam que há necessidade imediata da presença de antropólogo na área indígena para orientar as ações do Programa, resgatar a memória (cultura) desses índios e fazer, também, a etnografia do referido Programa.

O engajamento de lideranças indígenas em discussões e decisões políticas de interesse dos Waimiri-Atroari, deve ser incentivado pelos coordenadores do Programa e estimulada e apoiada a sua participação em encontros regionais e nacionais, a fim de que integrem os movimentos políticos dos indígenas que vêm ocorrendo no País.

Estas e outras questões e recomendações serão tratadas no corpo do Relatório que está sendo elaborado pelos membros da Comissão de Assuntos Indígenas, que visitou os Waimiri-Atroari, entre 20 e 25 de setembro deste ano.

(* Membro da Comissão de Assuntos Indígenas da ABA)



A maioria dos waimiris é de crianças

WAIMIRI ATROARI

WAIMIRI ATROARI

São Paulo, 17 de maio de 1993

Prof. Dr. João Pacheco de Oliveira Filho
Presidente da Comissão de Assuntos Indígenas da
Associação Brasileira de Antropologia
UFRJ - Museu Nacional - PPGAS
Quinta da Boa Vista s/n - CEP 20942 - Rio de Janeiro - RJ

Sr. Presidente:

Na qualidade de sócio efetivo da ABA, venho pela presente expor e solicitar a V.Sa. o que se segue:

1. Como é do conhecimento de V.Sa., desenvolvi no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, um projeto de pesquisa de doutorado sobre estrutura social e parentesco dos índios Waimiri-Atroari. No início de 1987, depois de cumprir todas as exigências burocráticas da FUNAI previstas na Portaria nº 1570 de 25/09/86, recebi a Autorização nº 032/MUS/87, para realizar pesquisa de campo, válida por um período de dois anos, de 15 de fevereiro de 1987 a 14 de fevereiro de 1989. Além disso, conquistei, logo nos primeiros dias de campo, uma Autorização dos próprios Waimiri-Atroari para desenvolver meu projeto entre as aldeias do vale do Camanaú (Cf. Radiograma FUNAI/Camanaú nº 36, de 26/3/87).

2. Em 20 de novembro de 1987, quando completava oito meses e meio de pesquisa junto a este povo, o então Superintendente da 5ª SUER da FUNAI, Sebastião Amêncio da Costa solicitou ao então presidente do Órgão, Romero Jucá Filho a cassação de minha autorização, alegando "comportamentos não condizentes em área indígena, contrários a filosofia e diretrizes da FUNAI", no que foi imediatamente atendido. Meu comportamento "não condizente", contrário a filosofia e diretrizes" foi ter, por convicções éticas e profissionais, recusado polidamente o convite formulado pelo então presidente da FUNAI para participar do Grupo de Trabalho Interdisciplinar de avaliação dos prejuízos causados pela Usina Hidrelétrica de Balbina e de elaboração de um programa assistencialista compensatório que teve como atribuição, entre outras coisas, a transferência de duas aldeias que seriam inundadas pelo reservatório (FUNAI-PP/1332/87).

3. Durante o ano de 1988, empreendi inúmeros esforços para reverter este quadro, até esgotar todas as vias administrativas. Recebi, neste período, o apoio institucional do Museu Nacional da UFRJ, da UNICAMP e do CNPq. Além disso, contei ainda com a solidariedade de associações científicas como a ABA, a ABRALIN, a ANPOCS e a SBPC. Mesmo assim, a FUNAI recusou-se até mesmo a prestar esclarecimentos relativos à cassação.

4. Um mês depois da data de término de minha autorização (em 14 fevereiro de 1989), a FUNAI, sensível às pressões da ABA, finalmente se

pronunciou sobre este lamentável episódio, ocasião em que declarou não ter apurado, em sindicância realizada na 5ª SUER, nada que pudesse justificar a cassação de minha autorização de pesquisa. O mesmo documento manifestava ainda a disposição da FUNAI em conceder uma nova permissão para ingresso na área indígena. Apresentei então um pedido de revalidação da autorização 032/MUS/87, por um período correspondente ao tempo em que fiquei impedido de regressar à área. Poucas semanas depois, a FUNAI, através de ofício, declarou que não dispunha de cópia de meu projeto de pesquisa, peça fundamental, segundo foi alegado, para que os índios pudessem tomar conhecimento de meus objetivos profissionais na área. Desnecessário sublinhar que a autorização 032/MUS/87 mencionada no item acima só pôde ser obtida mediante a apresentação de um conjunto de documentos, previstos na Portaria FUNAI nº 1570 de 25/09/86, o que incluía o plano de pesquisa. Desnecessário sublinhar ainda que, depois de vários meses de permanência nas aldeias do vale do Camanaú já éramos, eu e meu trabalho, de alguma forma, conhecidos pelos Waimiri-Atroari.

5. Além dos transtornos e prejuízos profissionais gerados por um ato administrativo, no mínimo, intempestivo, a cassação de minha autorização de pesquisa ocorreu em um momento particularmente difícil para os Waimiri-Atroari, três semanas após o início da formação dos legos da UHE de Balbina e durante a fase inicial de implantação do Programa Waimiri-Atroari da FUNAI/Eletronorte. Coincidência? Não tenho como responder a esta pergunta. Mas o que importa é que, desde a implantação do Programa Waimiri-Atroari, a área indígena em questão configura-se como uma "Zona Proibida" para qualquer pesquisa, mesmo credenciada por instituições científicas brasileiras como o Museu Nacional-UFRJ e a UNICAMP. O ingresso na área vem dependendo desde então exclusivamente do beneplácito dos responsáveis mais imediatos pelo referido Programa, capaz de substituir, com vantagens, a autorização expedida pela FUNAI, bem como o parecer do CNPq.

6. Tomei conhecimento, através do Boletim da ABA nº 13 p.3, de que a nossa Associação, atendendo à solicitação do Departamento de Meio Ambiente da Eletrobrás e da Coordenação do Programa Waimiri-Atroari, indicou uma "comissão de antropólogos para verificar as condições de vida dos Waimiri-Atroari e apresentar sugestões para a melhoria do Programa...". Mais adiante, no texto assinado por Cecília Maria Vieira Helm, tomei conhecimento ainda de que a comissão de antropólogos da ABA, "...na difícil tarefa de averiguar como estão sobrevivendo os índios Waimiri-Atroari, devido às vicissitudes e mudanças que ocorreram em seu modo tradicional de vida e organização..." teve o cuidado de ouvir representantes da Eletrobrás, técnicos da FUNAI e da Eletronorte, além dos coordenadores do Programa Waimiri-Atroari.

7. A indicação de membros da ABA não diretamente envolvidos com os Waimiri-Atroari atendeu certamente a princípios de imparcialidade, que sempre nortearam nossa Associação. Pesquisadores como Stephen Grant Baines e eu, ambos autores das duas únicas teses de doutorado sobre esta sociedade, ambos professores de universidades como a UnB e a UNICAMP, ambos sócios efetivos da ABA, não fomos indicados para integrar esta iniciativa de nossa Associação porque, presumo, ambos conhecíamos de perto (perto demais) o Programa Waimiri-Atroari, desde a sua implantação. A ABA julgou por bem, a fim de garantir a imparcialidade da comissão, designar colegas neutros deste ponto de vista. Até aí posso entender.

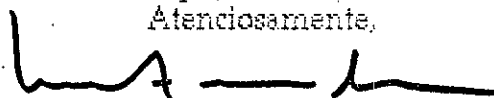
8. Porém, curiosamente, apenas uma das partes foi ouvida por esta comissão até agora: o Setor Elétrico. Stephen e eu nunca fomos formalmente contatados pela comissão, que visitou os Waimiri-Atroari e o Programa, entre os dias 20 e 25 de setembro p.p.. Sinceramente não creio que a ABA esteja participando de algum mecanismo de exclusão, o que é, diga-se de passagem, uma das principais características do referido Programa em relação aos antropólogos. É incompreensível, portanto, que justamente em nossa Associação os antropólogos diretamente envolvidos com o tema não sejam sequer ouvidos em atividades como esta. Afinal, Stephen e eu passamos um pouco mais de cinco dias entre este povo e, com certeza, também temos algo a dizer a esta comissão indicada pela ABA sobre este Programa da FUNAI/Eletronorte.

Pelo exposto, solicito a V.Sa. que se pronuncie em relação aos pontos levantados nesta carta. Além disso, solicito que V.Sa. recomende aos membros desta comissão a publicação imediata do relatório prometido há mais de seis meses (Bol.ABA nº 12, p.3), no próximo Boletim de nossa Associação, juntamente com esta carta.

Finalmente, embora esta comissão da ABA não tenha achado por bem nos consultar sobre os métodos, políticas e efeitos do referido Programa da FUNAI-Eletronorte durante todos estes meses dedicados à elaboração do relatório, gostaria ainda assim de contribuir de alguma forma para esta iniciativa: sugiro que a nossa Associação aproveite a oportunidade para mais uma vez reafirmar o direito dos antropólogos poderem realizar as suas pesquisas na Área Indígena Waimiri-Atroari, sem estarem lá obrigados a se associar às atividades ou às demandas deste Programa. Em outras palavras, o "direito ao pleno exercício da pesquisa, livre de qualquer tipo de censura no que diga respeito ao tema, à metodologia e ao objeto da investigação", tal como prevê o 1º Artigo de nosso Código de ética (Bol.ABA nº 14, p.16). Com apenas cinco dias de visita aos Waimiri-Atroari, e sem ouvir os associados da ABA especialistas naquela sociedade, mas apenas os representantes da FUNAI e do Setor Elétrico, o que mais seria possível este relatório concluir com imparcialidade?

A disposição de V.Sa. para prestar qualquer informação suplementar sobre os pontos levantados acima, despeço-me.

Atenciosamente,



Prof. Dr. Marcio Ferreira da Silva
UNICAMP- IFCH - Depto. de Antropologia

c.c. p/ Prof. Dr. Silvio Coelho dos Santos
Presidente da ABA

Florianópolis, 25 de maio de 1993.

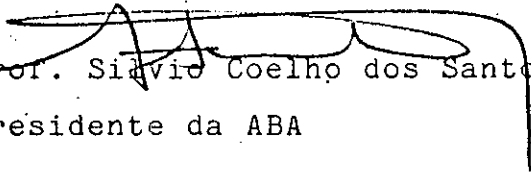
DO : Presidente da Associação Brasileira de Antropologia

PARA: Prof.Dr.Márcio Ferreira da Silva, Depto de Antropologia/UNICAMP

Prezado Professor:

Tomei conhecimento da carta de V.Sa. dirigida ao Prof. João Pacheco, nesta data. Pressupondo que há falta de informação por parte de V.Sa. em torno dos objetivos da Comissão que foi à área Waimiri-Atroari, envio anexo o relatório final da Profª Cecília Helm. Outrossim, independente das sugestões e, ou, encaminhamentos que deverão ser dados pelo Prof. João Pacheco, adianto que se V.Sa. pretende dar continuidade aos estudos sobre os W/A esta Associação dará pleno apoio à iniciativa.

Cordialmente,


Prof. Sílvio Coelho dos Santos
Presidente da ABA

RELATORIO SOBRE A VISITA AOS WAIMIRI-ATROARI

De 20 a 25 de setembro de 1992.

O Convite. -

O Departamento do Meio Ambiente da ELETROBRAS e a Coordenação do Programa Waimiri-Atroari, ELETRONORTE/FUNAI, encaminharam uma solicitação à Diretoria da Associação Brasileira de Antropologia -ABA, para que indicasse uma comissão de antropólogos para verificar as condições de vida dos Waimiri-Atroari e apresentar sugestões a ELETROBRAS, para a melhoria do Programa que está sendo implementado há 5 (cinco) anos entre esses índios e necessita ser avaliado.

A Presidência da ABA delegou ao Coordenador da Comissão de Assuntos Indígenas, antropólogo João Pacheco de Oliveira Filho a tarefa de fazer os convites e coordenar os trabalhos da Comissão. Em certo momento, João Pacheco justificou que não poderia viajar para a Amazônia e fazer parte do grupo de trabalho.

Aceitaram o convite os antropólogos Cecília Maria Vieira Helm, Hênio Barreto Filho da Comissão de Assuntos Indígenas da ABA e Lino João de Oliveira Neves, representando a Fundação Universidade do Amazonas.

O Presidente da ABA, Silvio Coelho dos Santos, também integrou a comissão, atribuindo à Professora Cecília Helm a tarefa de elaborar o relatório sobre a visita aos Waimiri-Atroari.

A Comissão da ABA não poupou esforços, para que os trabalhos tivessem êxito, na difícil tarefa de averiguar como estão sobrevivendo os Índios Waimiri-Atroari, devido às vicissitudes e mudanças que ocorreram em seu modo tradicional de vida e organização.

A ELETROBRAS esteve representada pela antropóloga Mirian Regini Nutti e socióloga Fani Baratz, ambas funcionárias do Departamento do Meio Ambiente.

Na sede do Programa Waimiri-Atroari, na cidade de Manaus, em 21.9.92. foram apresentadas as linhas gerais do referido Programa por técnicos da ELETRONORTE e Fundação Nacional do Índio-FUNAI; pelos coordenadores e profissionais liberais que atuam nas aldeias desses índios.

O Programa Waimiri-Atroari-PWAIFE.

Segundo informações dadas pela coordenação do Programa Waimiri-Atroari este resultou de um convênio assinado entre a FUNAI e a ELETRONORTE.

A ELETRONORTE de comum acôrdo com a FUNAI, para "atenuar os impactos dos empreendimentos econômicos que atingem os Waimiri-Atroari" e, devido às pressões nacionais e de órgãos estrangeiros financiadores de Grandes Projetos, elaborou em 1988 o Programa de Assistência aos Waimiri-Atroari, chamado PWAIFE. Conforme "Informações sobre o Programa" em documento divulgado pela ELETRONORTE (Programa Waimiri/Atroari, setembro, 1992:2) trata-se de uma ação Indigenista, como forma de atenuar os impactos provocados pela interferência do reservatório da UHE Balbina nas terras dos Waimiri-Atroari e que objetiva mitigar os problemas provocados pela ação do Estado e de empresas privadas na vida dos Waimiri-Atroari."1

Relataram os dirigentes do Programa que os Waimiri-Atroari enfrentaram sérias dificuldades para sobreviverem, devido aos impactos que sofreram durante e depois do processo de pacificação .2

A história recente dos Waimiri-Atroari está marcada por uma série de efeitos dos Grandes Projetos - GPs que atingiram estes Índios ocasionando redução drástica da população, deslocamento de aldeias, desorganização social e da sua maneira de produzir tradicional.

Há registros de que no final da década de 1960 o Governo Federal dá início a uma série de projetos de larga escala que atingem diretamente o território destes Índios, com sérios danos a população Waimiri-Atroari. A Br 174 cortou o seu território ocasionando enfrentamentos entre índios e os construtores da estrada com perdas populacionais significativas. Em 1979, empresas mineradoras do Grupo Paranapanema invadiram o território indígena, gerando a ocupação e redução da área Waimiri-Atroari e, a exploração de recursos minerais, sem a necessária contrapartida para os indígenas

A construção da UH Balbina foi outro grande impacto para os Waimiri-Atroari. A área ocupada pelo reservatório de Balbina provocou a realocização de duas aldeias desses Índios.

Para os responsáveis pelo Programa, a "ELETRONORTE como parte das ações mitigadoras sobre os prejuízos provocados pelo reservatório da UHE Balbina indenizou os Waimiri-Atroari em valores correspondentes às roças dos índios existentes na área de influência direta". Indenizou também "os serviços dos Waimiri-Atroari pela formação de novas roças e construções de novas aldeias, bem como pelo desmatamento necessário à construção de um dique de proteção do reservatório dentro da área indígena."3

Também foi relatado e está no corpo do documento que trata sobre o Programa (Informações Programa Waimiri/Atroari 1992:2) que "a ELETRONORTE deu o apoio necessário à mudança das aldeias Tapurunã e Taquari e a construção de novos Postos Indígenas em substituição aos atingidos pelo reservatório Pin Taquari e Pin Abonari"

Ainda a ELETRONORTE de comum acordo com a FUNAI, em 1987, "se responsabilizou pelo financiamento da demarcação da área Waimiri-Atroari." Através do Decreto n. 94.606 foi declarada de ocupação dos Índios Waimiri-Atroari uma área de 2.440.000 hectares. Ao ser concluída a demarcação a área dos Waimiri-Atroari ficou com 2.585.911 hectares, homologada através do Decreto n. 97.837/89.

O território dos Waimiri-Atroari sofreu significativa redução, devido a política integracionista desenvolvida pelo Estado brasileiro, que estimulou e apoiou a implantação de Grandes Projetos - GPs, com prejuízos notáveis para as populações direta e indiretamente atingidas. 4

A construção da BR-174, a mineração praticada em seu território e, ainda, a UH Balbina afetaram diretamente os Waimiri-Atroari, ocasionando uma série de consequências danosas, algumas de caráter irreversível.

O Programa da ELETRONORTE/FUNAI tem procurado reparar os prejuízos causados aos indígenas pela UH Balbina, com o apoio do Banco Mundial 5

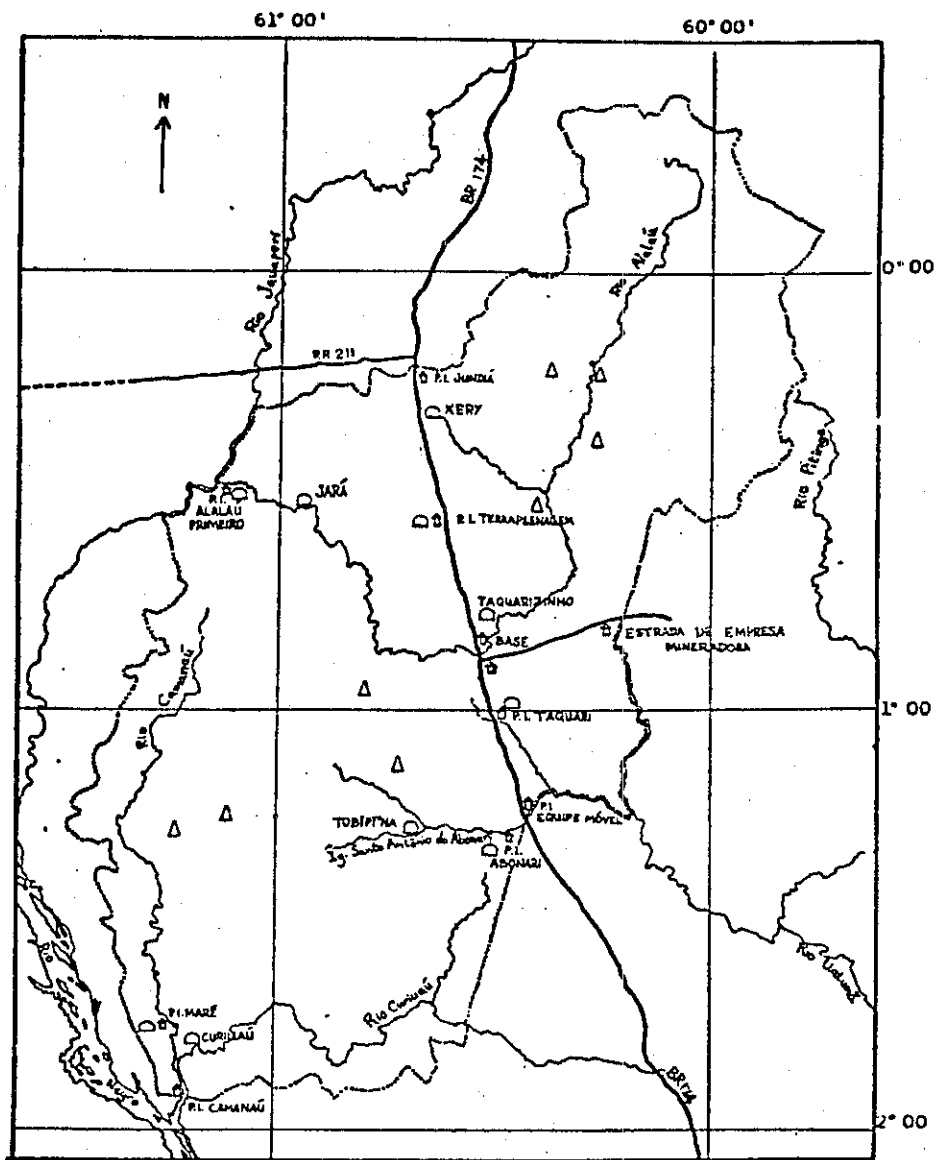
Por outro lado, não estava havendo uma disposição dos Coordenadores do Programa em manter um diálogo aberto com os antropólogos, para discussão e avaliação constante do Programa. Desde 1989, não foram concedidas autorizações para os profissionais de antropologia realizarem pesquisas, junto aos Waimiri-Atroari. 6

Os coordenadores e funcionários do Programa Waimiri-Atroari (da ELETRONORTE e FUNAI) fizeram questão de colocar para a Comissão da ABA e para as técnicas da ELETROBRAS que o Programa encontrou os indígenas enfrentando sérias dificuldades para sobreviverem, passando por uma grande perda populacional: eram cerca de 1.500 em 1974 e, em 1987, estavam reduzidos a 374. Informaram que o Programa está conseguindo melhorar as condições de vida desses Índios, no que se refere à saúde e alimentação bem como a população aumentou para 550 indivíduos.

A Comissão da ABA em Manaus no dia 21.9.92 ainda participou de uma reunião com os professores do Núcleo de Estudos Etnolinguísticos-NEL da Universidade da Amazônia. Este órgão presta apoio ao Programa Waimiri-Atroari, através de cursos de treinamento para professores. O coordenador do NEL, Professor José Ademir Ramos teceu considerações sobre o Programa em seus aspectos institucionais e na sua relação com os Índios. Falou sobre o paternalismo evidenciado no Programa, como "uma herança ainda do paternalismo da atração" e chamou a atenção para um ponto que vem recebendo severas críticas dos antropólogos que estudaram os Waimiri-Atroari: "a ausência de profissionais qualificados assessorando o Programa" ou de especialistas em Etnologia, realizando pesquisas junto aos indígenas. 7

A VISITA

A Comissão percorreu a rodovia Br-174 que liga Manaus à Boa Vista, para chegar às aldeias dos Índios Waimiri-Atroari da família linguística Carib, que habitam uma parte do norte do Estado do Amazonas e sul de Roraima, nas bacias dos rios Alalaú, Camanaú, Curiaú e do igarapé Santo Antonio do Abonari. Assim no dia 22.9.92 pela manhã, em companhia do coordenador e do gerente do Programa Waimiri-Atroari, indigenistas José Porfírio F. Carvalho e Raimundo Nonato Correa, os antropólogos Cecília Helm, Sílvio Coelho dos Santos, Lino J. de Oliveira Neves, Mirian Nutti e, ainda, a socióloga Fani Baratz se dirigiram à antiga sede do Nawa-Núcleo de apoio Waimiri-Atroari - FUNAI, hoje Programa Waimiri-Atroari, chegando ao Nawa no período da tarde.



— Limites da Área Indígena
 Dec. nº94.606 de 14-07-87
 Área aproximada: 2.440.000 ha.

⬮ Posto Indígena
 ▲ Aldeia
 ○ Aldeamento

Área Indígena Waimiri-Atroari

na c. h. J.

A Comissão fez uma rápida caminhada pela sede do Programa e, depois percorreu de automóvel uma pequena parte do território Waimiri-Atroari, dirigindo-se até o local onde foi instalada a mineração Taboca. Não foi possível cruzar esse limite da área, que é vigiada pelos guardas da empresa de mineração.

O período da noite foi reservado para os técnicos do Programa exporem para os membros da Comissão as atividades desenvolvidas por cada sub-programa. Após os relatos houveram debates com o objetivo de apresentar sugestões e reparos ao Programa.

Em Manaus, na sede do Programa, havia sido apresentado o sub-programa de saúde. Foi relatado pelo médico que dá atendimento ao Programa, Dr. Romulo C. Saboia de Moura, que devido às ações de medicina preventiva, vacinações, melhoria da alimentação, diminuição do stress provocado quando da implantação dos Grandes Projetos, os Waimiri-Atroari voltaram a ter boas condições de saúde e o Índice de mortalidade é zero. Também houve um aumento populacional significativo, depois que o Programa passou a exercer ações planejadas.

Segundo a Coordenação Geral do Programa "são hoje 550 Waimiri-Atroari que vivem em excelentes condições de saúde", nas 9 aldeias de seu território, não sendo permitido o uso de bebidas alcoólicas.

O sub-programa de educação foi relatado pela Professora Maria Carmem Rezende do Vale. Apesar do interesse, hoje, dos Waimiri-Atroari pelas atividades escolares o Programa não tem uma assessoria linguística, atuando junto às escolas nas aldeias.

Outro sub-programa que dá apoio à produção e ao meio ambiente foi apresentado pelo seu coordenador, engenheiro florestal Robert Miller. O objetivo original desse sub-programa era estabilizar a produção agrícola e não alterar a maneira de produzir nativa. Atualmente, há expectativa da parte do Programa de implantação de agro-indústrias para comércio de frutas e beneficiamento de castanha.

No dia 23.9 foi realizada uma visita, pela manhã, à aldeia Munawa.

A aldeia com suas grandes habitações - malocas- estava toda preparada para nos receber. Os Waimiri-Atroari vestiam camisetas brancas distribuídas pelo Programa, com o nome da tribo e a foto de um Waimiri-Atroari impressos no tecido. A autoridade indígena se distinguia pelo uso da calça jeans e camiseta vermelha.

As muitas crianças, os jovens e os poucos adultos nos receberam com certa curiosidade. Estiveram nos rodeando sempre atentos a cada gesto que fazíamos. Passamos a entrevistar o Índio Tomas que respondeu às nossas perguntas dando explicações sobre o que desejávamos saber.

Foi-nos oferecida carne de anta que estava sendo sapecada em um braseiro. Haviam caçado o animal na véspera. Quase todos os indígenas estavam saboreando a carne.

Ficamos muito impressionados com a confecção das habitações. São casas grandes de forma circular sendo a armação da cobertura feita com troncos de árvores finas, amarradas entre si. A cobertura é de folhas de palmeira. Só existem paredes na parte externa feitas também de troncos de árvores finas.

Fomos convidados a percorrer as roças em volta da aldeia construída quando houve a relocação dos indígenas, devido a construção da UH Balbina. São grandes roçados de mandioca, cana de açúcar e tubérculos. Também plantam abacaxi, mamão, banana e uma grande variedade de frutíferas da Amazônia. Pelo tamanho das roças e quantidade das espécies cultivadas percebemos que a alimentação dos Waimiri-Atroari é farta, sendo complementada por carnes de animais, aves e peixes que habitam seu território e, ainda, pela coleta de frutos de algumas palmeiras nativas e de árvores da mata.

Um dos membros da Comissão da ABA teve a curiosidade de indagar se os Waimiri-Atroari ainda fazem uso frequente de plantas para medicina caseira. Os técnicos do Programa responderam afirmativamente, mas que é difícil um Índio revelar para o "branco" seus conhecimentos sobre o uso de plantas com propriedades de cura.

É importante relatar que nessa aldeia a entrevista com os Waimiri-Atroari se deu na escola: uma habitação toda aberta. Bancos, mesas e quadro negro faziam parte do mobiliário. Foi-nos relatado que os indígenas, principalmente os líderes da aldeia estavam insatisfeitos com a possível troca de professora e afastamento da coordenadora do sub-programa de educação.

Quanto às festas tivemos informações de que são frequentes entre estes índios que constroem um calendário anual. Cada festa tem a duração de três dias. Relataram os técnicos do Programa que as festas são "eventos sociais e políticos". Torna-se necessária, a nosso ver, uma pesquisa de caráter etnográfico para uma interpretação em profundidade sobre a cultura desses índios e cultura do contato, que vêm mantendo com membros da sociedade nacional, em especial com o Programa.

O mito da bravura dos Waimiri-Atroari - porque enfrentaram os construtores da estrada, os militares e os indigenistas da frente de atração B, lutando contra os brancos, invasores de seu território - também nos foi relatado pelos funcionários da FUNAI e pela atual coordenação do Programa. Várias estórias foram reavivadas durante a visita para reforçar a visão de que são "índios bravos".

A visita à aldeia Xará foi realizada pelos antropólogos Mirian Nutti (da ELETROBRAS) e Lino Neves (da FUA) que passou a representar a Comissão da ABA, uma vez que os Professores Silvio C. dos Santos e Cecília Helm teriam de regressar à Manaus devido a compromissos assumidos. O Coordenador do Programa acompanhou os membros da Comissão à referida aldeia.

O percurso até a aldeia Xará, situada junto ao rio Alalaú, foi feito em embarcação do Programa.

Em Relatório encaminhado à ABA, Lino Neves 9 registra que a exemplo da aldeia Munawa (aldeia relocada), nesta também há fartura de roçados e grande variedade de frutíferas cultivadas pelos indígenas.

Os visitantes pernoveram na aldeia Xará e realizaram breves entrevistas com os Waimiri-Atroari, mantendo contatos informais com os funcionários do Programa que atuam naquele Posto.

Em seguida a Comissão retornou à sede do Programa, porque o Senhor Carvalho, Coordenador do Programa, teria de viajar para Tucuruí, para prestar atendimento ao Programa Parakanã, que resultou também de Convênio entre a ELETRONORTE e a FUNAI. Esse Programa foi criado para reparar os prejuízos causados aos Índios Parakanã, devido a construção da UH Tucuruí. Tais Programas de responsabilidade da ELETRONORTE praticam, a nosso ver, um indigenismo alternativo, como forma de compensar os indígenas pelos danos causados pela construção de Hidrelétricas. 10.

Considerações da Comissão da ABA

A visita da Comissão de Assuntos Indígenas da ABA à área dos Waimiri-Atroari e Programa Waimiri-Atroari da ELETRONORTE/FUNAI era uma reivindicação da comunidade de antropólogos e, também, uma solicitação da atual Diretoria do Departamento do Meio Ambiente da ELETROBRAS.

Foi possível concretizar a visita nesta gestão, devido aos entendimentos que o Presidente da ABA, Professor Silvio C. dos Santos, manteve com os técnicos do Departamento do Meio Ambiente marcando a data e a programação do evento.

Apesar da brevidade da visita foi possível perceber que os Waimiri-Atroari, hoje, estão gozando boas condições de saúde, alimentação e se recompondo das perdas populacionais ocorridas no passado.

Por outro lado, não sabemos como estão cultivando as suas roças, em termos de organização do trabalho, divisão de tarefas por sexo e idade, consumo da produção, troca de produtos que se constituem em "excedentes", papel das lideranças na organização das atividades dos roçados, distribuição da produção entre as famílias, e, atuação do Programa no controle do processo produtivo.

O Programa tem mantido os Waimiri-Atroari afastados do contato com os regionais. Está havendo impedimento quanto à entrada de pessoas estranhas ao Programa na área indígena.

Por outro lado, os administradores do Programa e a FUNAI vêm impedindo também a pesquisa científica, notadamente a de caráter antropológico causando mal estar na comunidade científica. Etnólogos que haviam realizado recentemente pesquisas entre os Waimiri-Atroari, depois da instalação do Programa não mais obtiveram autorização para entrar na área, para dar continuidade aos seus estudos.

De acordo com S. Baines, antropólogo e professor da Universidade de Brasília que escreveu sobre os Waimiri-Atroari "minha tese de doutorado reflete sobre a política indigenista na época em que esta área era designada "Frente de Atração" da FUNAI". Baines em seus últimos artigos relata que foi proibido em 1989, de dar prosseguimento às suas pesquisas. Faz alguns questionamentos sobre as decisões e atos dos dirigentes do Programa. Na sua opinião "o Programa promove a realização de pesquisas sob sua supervisão, seletivamente proibindo pesquisas que examinem a política indigenista". 11.

Também para Marcio Ferreira da Silva 12 da UNICAMP - SP "as barreiras que cercam a Área indígena Waimiri-Atroari foram cuidadosamente erguidas pelo PWAIFE", que denomina de uma "instituição total".

Como pudemos observar e tem sido registrado por antropólogos "a atuação do Programa junto à população indígena é positiva e os postos indígenas, graças ao Convênio FUNAI/ELETRONORTE são hoje melhor equipados do que eram em 1987", escreve Silva.

Por outro lado, a FUNAI precisa participar mais diretamente nas decisões do Programa e aproveitar a experiência de um indigenismo alternativo praticado junto aos Waimiri-Atroari, para promover uma discussão aberta sobre o indigenismo oficial. Precisa também valorizar, estimular e apoiar a realização de pesquisas antropológicas entre os Waimiri-Atroari, em lugar de criar dificuldades à investigação científica.

As discussões que se desenrolaram entre a Comissão da ABA e os membros do Programa e representantes da ELETROBRAS revelaram que há necessidade imediata da presença de antropólogos na área indígena Waimiri-Atroari, para a orientação das ações do Programa e a realização de estudos etnográficos e etnológicos sobre estes Índios e também para a elaboração da etnografia do referido Programa.

No entender de seu Coordenador o Programa precisa ser avaliado. De acôrdo com suas palavras proferidas durante a visita "estamos parando para pensar e refletir".

Assim houve consenso entre os membros do Programa e os da Comissão da ABA, que a pesquisa antropológica deve ser realizada com prioridade naquela área indígena, e necessita ser retomada, para dar apoio às dificuldades, questionamentos e atuais impasses do referido Programa. Também devem ser realizadas pesquisas de caráter independente sobre a sociedade Waimiri-Atroari, para registro da memória e interpretação desta cultura singular.

Ainda foi recomendado aos dirigentes do Programa pela Comissão da ABA o engajamento das lideranças indígenas em discussões e decisões políticas de interesse dos Waimiri-Atroari. Tal engajamento deve ser incentivado e ainda apoiada a sua participação em encontros regionais e nacionais, a fim de que integrem os movimentos políticos dos indígenas que vêm ocorrendo no País nas últimas décadas.

Os Waimiri-Atroari, a nosso ver, não podem permanecer em situação de estufa, alheios às decisões políticas que são tomadas pela Fundação Nacional do Índio, Congresso Nacional, pelos Movimentos Indígenas, Empresas Privadas e Públicas com interesse no seu território. Precisam continuar recebendo o apoio do Programa, como contrapartida pelos prejuízos causados pela construção da UH Balbina (o que não justifica o fato de Balbina haver sido construída).

O Programa que tem contribuído para a melhoria de suas condições de vida, deve também preparar os Waimiri-Atroari para o convívio permanente com o mundo dos "brancos". A convivência exclusiva com os membros do Programa dá um caráter seletivo ao contato.

Curitiba, março, 1993

Cecília Maria Vieira Helm
Cecília Maria Vieira Helm

Membro da Comissão de Assuntos Indígenas da ABA

Notas

1. Programa WAIMIRI/ATROARI. Convênio FUNAI/ELETRONORTE. Informações, set. 1992.
2. Sobre este processo consultar BAINES, Stephen G. "É a FUNAI Que Sabe": A Frente de Atração Waimiri-Atroari, 1990 Belém, CNPq, Museu Emílio Goeldi.
3. Documento: "Ambiente - Desenvolvimento - Comunidades - Indígenas," ELETRONORTE/ELETOBRAS.-Ministério de Minas e Energia.s/d.p.5-6.
4. SANTOS, Silvio Coelho dos. "Barragens e Questões Sócio-Ambientais", ms., 1992 : 7. PPGAS-UFESC. Florianópolis - S.C.
5. BAINES, Stephen G. "O território dos Waimiri-Atroari e o Indigenismo Empresarial", em textos UnB, 1992 : 3.
6. BAINES, Stephen G. op. cit. 1992 : 21.
7. NEVES, Lino João de Oliveira "Relatório: Apontamentos da Visita da Comissão de Assuntos Indígenas - ABA à 'ÁREA Indígena Waimiri-Atroari' setembro 1992.
8. BAINES, Stephen G., op. cit. 1990.
9. NEVES, Lino João de Oliveira. Relatório 1992.
10. SILVA, Marcio Ferreira da. Carta encaminhada ao Ex-Presidente da ABA, Professor Roque Laraia em 21.10.1991.

COMENTÁRIO A RESPEITO DO "RELATÓRIO SOBRE A VISITA AOS WAIMIRI-
ATROARI: De 20 a 25 de setembro de 1992",
da Comissão de Assuntos Indígenas da ABA

Stephen G. Baines, Depto. de Antropologia, UnB

Ressalto, primeiro, que o Programa Waimiri-Atroari resultou do Termo de Compromisso 002/87 de 3 de abril de 1987 assinado entre a FUNAI e a ELETRONORTE, e que a ELETRONORTE junto com a FUNAI realizou o deslocamento, tardiamente, das aldeias Tobupuna e Taquari para os locais denominados Samaúma e Monawa respectivamente, com o fechamento das comportas da UHE Balbina em outubro do mesmo ano. Assim, o Programa em si faz parte dos Grandes Projetos (mencionados na página 2 do Relatório da Comissão de Assuntos Indígenas da ABA), cuja ação indigenista incluiu o "deslocamento de aldeias" abrangendo cerca de um terço da população total dos Waimiri-Atroari, e provocou "desorganização social".

Como mostra Márcio Ferreira da Silva, que realizou pesquisa antropológica na área dos Waimiri-Atroari "entre os meses de março a novembro de 1987" (1993:14), que conduziu para a sua tese de doutorado em antropologia defendida no PPGAS/ Museu Nacional, UFRJ, e cuja pesquisa na área dos Waimiri-Atroari também foi interrompida, a mudança da população Waimiri-Atroari de Tobupuna, no Igarapé Santo Antônio do Abonari, para o "médio Curiaú, escolhida pelos então indigenistas do PWA (Programa Waimiri-Atroari), causou uma série de constrangimentos políticos" (1993:35).

Referindo-se às transferências em consequência da inundação do reservatório da UHE Balbina, Silva observa que

"A 'teoria oficial' ... que postula a distinção de duas 'etnias', os 'Waimiri' e os 'Atroari' desempenhou um papel predominante no episódio. Agentes do truculento Programa Waimiri-Atroari da FUNAI/ELETRONORTE ... procuraram defender a transferência do grupo para a região escolhida no médio Curiaú com base no fato de que se tratava de um grupo 'Waimiri' que iria, a final, para a vizinhança de outros grupos 'Waimiri'" (Silva, 1993:161, nota 29).

Silva adverte para os perigos de uma "teoria oficial" criada por uma instituição com dimensões e poderes empresariais como o Programa Waimiri-Atroari:

"outros argumentos desta vez baseados em critérios raciais como diferenças de estatura, compleição física e tonalidade de pele, foram defendidos por Carvalho, como evidências cabais de tal distinção (entre 'Waimiri' e 'Atroari'). Esta hipótese não mereceria maiores atenções aqui se não tivesse adquirido, como disse há pouco, o estatuto de uma 'teoria oficial'" (Silva, 1993:48)(sobre a "teoria oficial" vide Silva, 1993:45-46).

Na página 3 do Relatório da Comissão da ABA, constata-se que

"Para os responsáveis pelo Programa, a 'ELETRONORTE como parte das ações mitigadoras sobre os prejuízos provocados pelo reservatório da UHE Balbina indenizou os Waimiri-Atroari em valores correspondentes às roças dos índios existentes na área de influência direta'".

Questiona-se a responsabilidade dos "responsáveis pelo Programa", ao afirmarem que os Waimiri-Atroari foram indenizados "em valores correspondentes às roças dos índios". Nenhuma indenização em dinheiro e Programa assistencial corresponde à perda de parte do território indígena. Eduardo Viveiros de Castro e Lúcia M.M. de Andrade, referindo-se às "avaliações de impacto" realizadas na área Waimiri-Atroari um ano antes da inundação, observam,

"Elaboradas a partir de uma viagem de campo de menos de um mês de duração, e que se limitou à área a ser inundada (a chamada 'diretamente afetada'), tais avaliações (Alcantara, 1986; Carvalho, 1986; ENGE-RIO, 1986) apresentam extensas listas das benfeitorias - casas, galinheiros, casas de farinha, pés de bananeira, mamão e outras culturas; instalações da FUNAI - as quais serão perdidas com a inundação, e constituem um claro exemplo daquela tendência 'quantificadora' ... que pretende avaliar as perdas sofridas pelos povos indígenas, nestas situações, contabilizando os quilômetros quadrados e 'pés de bananeira' inundados pelo reservatório. Por outro lado, nenhuma das avaliações produzidas menciona o direito constitucional dos povos indígenas às terras que habitam (Art. 198)..." (Viveiros de Castro e Andrade, 1988:16-17).

Continuam Viveiros de Castro e Andrade: "Até abril de 1987 -

faltando apenas sete meses para o represamento do rio - não existia qualquer plano de transferência dos grupos que terão as aldeias inundadas (Ibid. p.17)". Apontam alguns dos problemas do deslocamento dos grupos para o interior da reserva indígena, já ocupado por outras aldeias, e as conseqüências políticas e econômicas (Ibid. p.17), e ressaltam os "prejuízos que, repetimos, não são indenizáveis em dinheiro ou programa de apoio" (Ibid. p.17).

Revelam que o "Plano Diretor para Proteção e Melhoria do Meio Ambiente nas Obras e Serviços do Setor Elétrico 1987/2010" (Eletrobrás, 1986), considera índios como "componentes ambientais" das obras. No Plano Diretor, o sujeito do ambiente vira objeto da obra. As populações são naturalizadas. A engenharia ideológica ambiental faz os projetos aparecerem como causa absoluta, inquestionável, a qual só cabe adaptar-se (Viveiros de Castro e Andrade, 1988:8-10).

Questiona-se a maneira imediatista em que as roças e seus produtos foram convertidos em valores indenizáveis, como se fosse possível transformar um território que fazia parte da vida e história dos Waimiri-Atroari em valores compensatórios.

Torna-se evidente que a indenização deveria ser repensada, não nos termos atuais de um Programa assistencial de somente 25 anos de duração com financiamento do Banco Mundial, mas no sentido de um compromisso definitivo com o destino das populações indígenas atingidas pelos Grandes Projetos.

O PWAIFE tem estreitos laços com a política desenvolvimentista do Estado brasileiro, em colaboração com grandes empresas privadas, como fica evidente pelo fato que o gerente do PWAIFE ter assinado, entre 1986 e 1989, como testemunha, alguns Termos de Compromisso entre a Mineração Taboca (do Grupo Paranapanema) e alguns Waimiri-Atroari, de natureza extremamente desigual, favorecendo a empresa mineradora, além de uma "declaração" abrindo toda a área indígena dos Waimiri-Atroari à exploração mineral exclusivamente pela Paranapanema.

Na página 3, afirma-se que

"não estava havendo uma disposição dos Coordenadores do

Programa em manter um diálogo aberto com os antropólogos, para discussão e avaliação constante do Programa. Desde 1989, não foram concedidas autorizações para os profissionais de antropologia realizarem pesquisas, junto aos Waimiri-Atroari",

citando um trabalho meu datado de 1992. Como mostrei no citado trabalho, não é somente que não estava havendo uma disposição dos Coordenadores do Programa em manter um diálogo aberto com os antropólogos, mas estava havendo uma manipulação de informações caluniosas a respeito da minha pesquisa antropológica, junto aos próprios Waimiri-Atroari, para criar uma atitude negativa quanto à minha presença na área. Há de se lembrar, também, que no mesmo dia em que o gerente do Programa programou a minha ida à área, no pretexto de uma "reunião de consulta" com os Waimiri-Atroari, mas na verdade, para me "expulsar" sob acusações de ser "ligado a interesses contrários ao desenvolvimento da comunidade indígena Waimiri-Atroari", o mesmo gerente assinou como testemunha, junto com alguns Waimiri-Atroari e o então superintendente da FUNAI, mais um Termo de Compromisso com a mineradora Paranapanema.

Apesar dos impedimentos à continuidade das pesquisas antropológicas iniciadas antes da instalação do PWAIFE, a partir de 1993, pelo menos uma antropóloga, da UFSC, foi autorizada a realizar pesquisa sobre medicina indígena na área dos Waimiri-Atroari.

Na página 4, constata-se a perda populacional, e que os Waimiri-Atroari estavam reduzidos a 374 em 1987, tendo aumentado para 550 indivíduos. Na página 5, afirma-se que "houve um aumento populacional significativo, depois que o Programa passou a exercer ações planejadas". Apesar da rápida recuperação populacional dos Waimiri-Atroari ser um dos principais temas da política de marketing do PWAIFE, essa recuperação iniciou-se antes da implantação do Programa. Em 1983, como mostrei na minha tese de doutorado (1990:78 [1988]), a população Waimiri-Atroari estava reduzido a 332 indivíduos, iniciando-se uma rápida recuperação populacional a partir daquele ano (4 anos antes do início do Programa). Como mostra

Márcio Ferreira da Silva, a recuperação populacional teve início antes do Programa:

"A população Waimiri-Atroari cresceu, 26.5% no quadriênio 1983-1987, e no quadriênio seguinte 1987-1991, a taxa caiu para 20.2%. O crescimento médio anual no período 1983-1987 foi de 6.06%, enquanto no período 1987-1991, foi de apenas 4.71%. Coincidência ou não, e com base em dados fornecidos pelo próprio PWA, é possível verificar uma notável queda na taxa de crescimento populacional (sobretudo se se considera o tamanho da população), exatamente no período em que o Programa foi implementado para estes índios" (Silva, 1993: 70).

Silva acrescenta que

"Não parece ser, portanto, gratuita a política de marketing intensiva do PWA que vem sendo veiculada, a partir do 2º semestre de 1991. O Jornal do Brasil, por exemplo, em sua edição do dia 29 de setembro de 1991, junto com vários jornais do Amazonas, divulgou, em sua 1ª página, a informação de que a população Waimiri-Atroari estava crescendo, segundo fontes da FUNAI/ELETRONORTE, a uma taxa de 7% ao ano!" (Silva, 1993:70, nota 27).

Contudo, Silva afirma que:

"A consideração isolada deste parâmetro não permite, evidentemente, uma avaliação precisa da melhoria ou da deterioração das condições gerais de vida desta população, e, muito menos, do impacto do PWA, através de seus sub-programas" (Silva, 1993:70).

Quanto às declarações dos coordenadores e funcionários que o Programa Waimiri-Atroari está conseguindo melhorar as condições de vida desses índios, não há dúvida de que o atendimento de saúde está muito melhor do que o atendimento de saúde extremamente deficitário da Frente de Atração Waimiri-Atroari que precedeu o Programa (vide, por exemplo, Baines, 1990:89, nota 42). Contudo, a atuação do Programa está reforçando ainda mais a situação de dependência dos Waimiri-Atroari no próprio Programa, sobretudo no que diz respeito ao controle que o Programa exerce sobre os Waimiri-Atroari e o seu acesso a informações, e sobre o acesso à área por pesquisadores em antropologia que focalizam temas como a

situação de contato interétnico.

Na página 5, na afirmação que "há expectativa da parte do Programa de implantação de agro-indústrias para comércio de frutas e beneficiamento de castanha", há indícios de que a administração indigenista esteja agindo de maneira autoritária, como uma "instituição total" [1], ao "implantar" o que se julga "saber" que é melhor para os Waimiri-Atroari. No Relatório da Comissão de Assuntos Indígenas da ABA, não há menção dos projetos de criação de gado, implantados de maneira autoritária, em colaboração com a empresa mineradora Paranapanema, inclusive com vaqueiros importados, que constam nos relatórios do PWAIFE. Os projetos pecuários, que vêm sendo implantados desde a época da Frente de Atração, são um exemplo claro da maneira em que a administração indigenista define e planeja as aspirações Waimiri-Atroari dentro de uma estrutura burocrática empresarial que, em si, subordina os Waimiri-Atroari e impede que eles tenham espaço e autonomia para agir com autodeterminação.

Na página 6, menção das "camisetas brancas distribuídas pelo Programa, com o nome da tribo e a foto de um Waimiri-Atroari impressos no tecido" revela as dimensões empresariais do indigenismo, ao massificar, arregimentar e moldar os Waimiri-Atroari com farda do próprio Programa, reforçando a reificação "da tribo" (conforme a definição desta dos dirigentes do Programa). Na época da Frente de Atração, o indigenismo, apesar de não ter chegado a este nível de sofisticação empresarial, realizava uma política de "reconstrução" dos Waimiri-Atroari como "tribo" (Baines, 1990, Capítulo VIII), vestindo-os com camisetas e calções, e distinguindo os jovens nomeados pelos funcionários da FUNAI como capitães com calça jeans.

Na página 6, também, um indigenismo autoritário torna-se evidente no trecho do texto que narra, quando um dos membros da

[1] Noção de Goffman, que apliquei à "Frente de Atração Waimiri-Atroari" (Baines, 1990, Capítulo III), usada também por Silva com referência ao PWAIFE.

Comissão da ABA "teve a curiosidade de indagar se os Waimiri-Atroari ainda fazem uso freqüente de plantas para medicina caseira. Os técnicos do Programa responderam afirmativamente", ainda definindo o que é "difícil" para "um índio" revelar "para o 'branco'", assim dirigindo e definindo as relações interétnicas, ao responderem para os Waimiri-Atroari.

Na página 7, o "mito da bravura dos Waimiri-Atroari" foi relatado pelos funcionários da FUNAI e pela atual coordenação do Programa como parte do indigenismo autoritário, como foi relatado, repetidas vezes, na época da Frente de Atração, numa política de criar uma imagem de "índios bravos", porém, subordinados à administração indigenista.

Na página 8, afirma-se que

"Tais Programas (o Programa Waimiri-Atroari e o Programa Parakanã) de responsabilidade da ELETRONORTE praticam, a nosso ver, um indigenismo alternativo, como forma de compensar os indígenas pelos danos causados pela construção de Hidrelétricas".

Apesar de concordar que tais Programas apresentam algumas diferenças do indigenismo da FUNAI, continuam sendo orientados por uma mentalidade empresarial que em alguns aspectos representa uma continuação, ou aperfeiçoamento, do indigenismo autoritário da "Frente de Atração Waimiri-Atroari". Como ressalta Silva, apesar de "práticas indigenistas relativamente distintas de sua antecessora" e de

"oferecer alguns serviços até razoáveis à população... Este Programa apresenta, entretanto, o mesmo caráter de 'instituição total' (Baines 1988) da extinta Frente de Atração, uma vez que procura exercer o papel de mediador absoluto entre a população indígena e os estranhos. A própria inclusão da sociedade Waimiri-Atroari (Fig. 1, infra), dividida em 'aldeias', nos espaços subalternos de um canto inferior de seu Organograma, revela, em uma cápsula, uma política indigenista tutelar, baseada em um rígido ordenamento hierárquico aos quais todos os Waimiri-Atroari, e até mesmo alguns 'pesquisadores' convidados pelo PWA, devem se submeter" (1993:56-57).

Na página 9 do Relatório da Comissão de Assuntos Indígenas da

ABA, afirma-se que

"Etnólogos que haviam realizado recentemente pesquisas entre os Waimiri-Atroari, depois da instalação do Programa não mais obtiveram autorização para entrar na área, para dar continuidade aos seus estudos".

No meu caso, em 1989, a FUNAI, inicialmente, concedeu a autorização para pesquisa e alguns funcionários do PWAIFE criaram obstáculos, afirmando que minha pesquisa "não era de interesse do Programa nem dos índios", e incentivando os Waimiri-Atroari a não aceitar a minha presença na área. Além de fazer, como consta na página 9 do Relatório da Comissão de Assuntos Indígenas da ABA, em meus últimos artigos, "alguns questionamentos sobre as decisões e atos de (alguns) dirigentes do Programa", mostro como houve uma manipulação de informações falsas com relação à minha pesquisa.

Um detalhe de importância secundária, é que na página 9, constam notas 11 e 12, que estão ausentes na relação de notas na página 11.

Na página 9, uma citação de Márcio Silva, afirma que "a atuação do Programa junto à população indígena é positiva", e os postos indígenas são melhor equipados. Essa afirmação de Silva, presumivelmente da sua carta citada na nota 10 (?) certamente foi contrabalançada por suas críticas fundamentadas ao Programa. Obviamente, em certos aspectos, o programa assistencial oferecido pelo PWAIFE é muito melhor que aquele oferecido antigamente pela Frente de Atração, com um investimento muito maior de recursos financeiros. Porém, isso não justifica a sua ação autoritária.

Na página 9 do Relatório da Comissão de Assuntos Indígenas da ABA, afirma-se que

"a FUNAI precisa participar mais diretamente nas decisões do Programa e aproveitar a experiência de um indigenismo alternativo praticado junto aos Waimiri-Atroari, para promover uma discussão aberta sobre o indigenismo oficial".

É importante lembrar que o PWAIFE é constituído de funcionários tanto da FUNAI quanto da ELETRONORTE, o próprio gerente sendo funcionário da FUNAI. O indigenismo do Programa, apesar de

apresentar diferenças do indigenismo da FUNAI na época da Frente de Atração, ao ser dirigido pela Eletronorte e pela FUNAI, seria melhor caracterizado como uma nova faceta do "indigenismo oficial" do que um "indigenismo alternativo", apesar da política de marketing que faz o coordenador, elogiando-o como "indigenismo alternativo".

O Programa, em vez de valorizar, estimular e apoiar a realização de pesquisas antropológicas, em alguns casos, como o meu, tem desvalorizado e destruído, de maneira truculenta, pesquisas que não são feitas sob a sua supervisão. Esses fatos suscitam estranhamento quanto ao declarado "consenso entre os membros do Programa ... que a pesquisa antropológica deve ser realizada com prioridade" na área dos Waimiri-Atroari, quando alguns desses mesmos membros do Programa tem sistematicamente impedido pesquisas independentes que não são aprovadas por eles como "de interesse para o Programa".

A posição expressa, também na página 10 do Relatório da Comissão de Assuntos Indígenas da ABA, de que

"Os Waimiri-Atroari, a nosso ver, não podem permanecer em situação de estufa, alheios às decisões políticas que são tomadas pela Fundação Nacional do Índio, Congresso Nacional, pelos movimentos Indígenas, Empresas Privadas e Públicas com interesse no seu território",

é a mesma posição defendida por mim, e por Márcio Silva em seus trabalhos recentes, também proibido de continuar a sua pesquisa na área dos Waimiri-Atroari. Ironicamente, alguns funcionários do Programa têm criticado os "antropólogos", alegando que estes querem que os Waimiri-Atroari permaneçam "em situação de estufa", o que, à luz das proibições à pesquisa antropológica, só pode ser entendido como um artifício de retórica para tentar justificar o controle que o Programa vem exercendo sobre os Waimiri-Atroari, o seu acesso a informações, e o acesso à área por pesquisadores em antropologia que focalizam questões como a política indigenista e a situação do contato interétnico em que se encontram estes índios.

Espero que o "consenso entre os membros do Programa ... que

a pesquisa antropológica deve ser realizada com prioridade" representante uma sincera abertura do Programa, e não mais um artifício de retórica desta nova faceta do indigenismo oficial. Faceta através da qual alguns indigenistas vêm, nos últimos anos, incentivando os Waimiri-Atroari a rejeitar a presença de pesquisadores vistos como uma potencial ameaça à estabilidade da estrutura administrativa do Programa [2], e tudo em nome de autodeterminação indígena, uma "autodeterminação" dirigida por alguns funcionários da direção do próprio Programa.

Brasília, 19 de maio de 1993

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAINES, Stephen G. 1990 - "É A FUNAI QUE SABE": A Frente de Atração Waimiri-Atroari", Belém, CNPq, Museu Paraense Emílio Goeldi.

SILVA, Márcio Ferreira da. 1993 - "Romance de Primas e Primos: Um a Etnografia do Parentesco Waimiri-Atroari", tese de doutorado apresentado ao PPGAS, Museu Nacional, UFRJ.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo e Lúcia M.M. de ANDRADE 1988 - "Hidrelétrica do Xingu: o Estado Contra as Sociedades Indígenas". In SANTOS, Leinad Ayer de e Lúcia M.M. de ANDRADE (orgs.) As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas. Comissão Pró-Índio de São Paulo, pp.7-23

[2] Vale ressaltar que não haveria nenhum motivo para seletivamente impedir o ingresso de pesquisadores em antropologia na área Waimiri-Atroari, se alguns dos dirigentes do PWAIFE não temessem uma avaliação independente do próprio Programa.



UNICAMP

1

Campinas, 19 de junho de 1993

Prof. Dr. Silvio Coelho dos Santos
Presidente da Associação Brasileira de Antropologia
UFSC-Departamento de Antropologia
Caixa Postal 476, Florianópolis, SC, 88049-900

Sr. Presidente:

Recebi carta de V.Sa., com data de 25 de maio p.p., encaminhando cópia do "Relatório da Comissão de Assuntos Indígenas (CAI) da ABA sobre a visita aos Waimiri-Atroari", assinado pela Profa. Dra. Cecília Maria Vieira Helm. Serve a presente para firmar e solicitar a V.Sa. o que se segue:

1. Com base na correspondência por mim dirigida ao Prof. Dr. João Pacheco de Oliveira, em 17 de maio p.p., V.Sa. pressupõe falta de informação de minha parte em torno dos objetivos da Comissão que foi à área Waimiri-Atroari. Sobre este ponto, tenho a declarar mais uma vez que tomei conhecimento, através do Boletim da ABA nº 13 (p.3), de que nossa Associação, atendendo à solicitação do Departamento de Meio Ambiente da Eletrobrás e da Coordenação do Programa Waimiri-Atroari, indicou uma "comissão de antropólogos para verificar as condições de vida dos Waimiri-Atroari e apresentar sugestões para a melhoria do Programa...". Foi isso exatamente o que escrevi na carta enviada ao Prof. Dr. João Pacheco de Oliveira. Ora, isso corresponde precisamente ao que a Profa. Dra. Cecília Maria Vieira Helm firmou no primeiro parágrafo de seu relatório.

2. Na carta, V.Sa. declara ainda pleno apoio da ABA a uma eventual pretensão minha de dar continuidade aos estudos sobre os Waimiri-Atroari. Sou profundamente grato a nossa Associação pelo gesto de solidariedade. Mas se o apoio da ABA é condição absolutamente necessária para a realização de um projeto como este, infelizmente não é uma condição suficiente. O episódio da expulsão de nosso colega Prof. Dr. Stephen Baines (então pesquisador do MPEG/CNPq) da Área Indígena Waimiri-Atroari, detalhadamente enfocado em uma de suas publicações (Baines 1989), incita a prudência em relação a uma área como aquela. Como Baines revelou neste e em outros artigos, o PWA/FE vem desenvolvendo métodos muito pouco simpáticos aos antropólogos que optam por uma posição de "outsiders" ou de "críticos-sem-adesão", para usar expressões propostas pelo Prof. Dr. Gustavo Lins Ribeiro em um artigo recente¹, que incluem a manipulação de lideranças indígenas e

**UNICAMP**

até mesmo a tentativa de desmoralização do pesquisador no campo. Por tudo isso, creio que além da solidariedade da ABA, algo mais é preciso para tornar a Área Indígena Waimiri-Atroari um local atrativo para uma pesquisa antropológica independente do PWA/FE como a minha.

3. Sobre o relatório da CAI da ABA elaborado pela Profa. Dra. Cecília Maria Vieira Helm, nada teria a declarar aqui se se tratasse apenas de um ponto de vista pessoal. Mas o texto não pretende traduzir tão somente a opinião de um colega. A referida professora foi nomeada por esta presidência a relatora de uma Comissão da ABA, e, portanto, o texto tem um outro peso. Não há dúvidas sobre este ponto, uma vez que a sua nomeação foi mencionada no próprio texto (4º parágrafo da página 1), o relatório foi impresso em papel timbrado de nossa Associação e foi firmado por um membro da CAI enquanto tal. E aí os problemas emergem:

I. Seu grau de profundidade analítica assim como seu estilo deixam francamente a desejar. Assim, por exemplo, no 2º parágrafo da página 5, lemos que "O período da noite foi reservado para os técnicos do Programa exporem para os membros da Comissão as atividades desenvolvidas por cada sub-programa. Após os relatos houveram (sic) debates com o objetivo de apresentar sugestões e reparos ao programa". No parágrafo seguinte, lemos que "... os Waimiri-Atroari voltaram a ter boas condições de saúde e o índice de mortalidade é zero (sic)", o que não é evidentemente o que a referida professora gostaria de ter dito, e assim por diante... Mas falhas como estas, detectáveis em quase todas as páginas do texto, não são as mais graves. Vamos ao que é mais sério:

II. No 1º parágrafo da página 4, aprendemos que os Waimiri-Atroari "... em 1987, estavam reduzidos a 374" indivíduos. Bom, isso é o que o PWA/FE vem afirmando há algum tempo. Em correspondência encaminhada ao ex-presidente da ABA, Prof. Dr. Roque de Barros Laraia, em 21.10.1991, que esta Comissão teve acesso mas preferiu não dar muita atenção e até mesmo a utilizá-la de modo eticamente duvidoso, como veremos a seguir (item IV infra), afirmei que os Waimiri-Atroari não eram 374 mas 420 indivíduos. Reconheço que ninguém tem a obrigação de acreditar piamente em meus dados de campo, mas é preciso lidar com os dados fornecidos pelo PWA/FE com um pouco mais de prudência. Por sorte da ABA e azar do referido Programa, disponho não apenas de minhas anotações de campo, mas de uma listagem fornecida pelo Instituto de Medicina Tropical de Manaus, responsável, justamente em 1987, por uma campanha de vacinação em massa na Área Waimiri-Atroari. Esta listagem, a disposição de V.Sa., registra 420 e não 374 índios, todos eles com nome, filiação, aldeia e cobertura vacinal. Mas a Comissão preferiu não entrar em contato com os especialistas na área durante todos estes meses de trabalho, e só por isso pôde se surpreender com o suposto aumento da taxa de crescimento populacional, uma das principais peças do marketing político do PWA/FE. O que minha correspondência ao então presidente da ABA procurou demonstrar era exatamente o oposto do que o PWA/FE vem alardeando desde meados de 1991: a taxa de



UNICAMP

crescimento populacional caiu no quadriênio 1987-1991, em relação ao quadriênio anterior.

III. No 3º parágrafo da página 9, e tomando por base a referida correspondência enviada à ABA, em 21.10.91, o relatório desta Comissão afirma que "Também para Marcio Ferreira da Silva da UNICAMP-SP 'as barreiras que cercam à Área Indígena Waimiri-Atroari foram cuidadosamente erguidas pelo PWA/FE', que denomina de 'uma instituição total'". Apresso-me a declarar aqui, antes que Baines me acuse de plágio, que a idéia, aliás brilhante, de analisar a Frente de Atração Waimiri-Atroari e o referido Programa, seguindo uma intuição goffmaniana, como algo formalmente idêntico a um hospício ou uma penitenciária, é de Baines e não minha. E convém de passagem assinalar que para mim não foi difícil reconhecer um dos mapas de sua tese de doutorado, apropriado sem os devidos créditos, como manda a boa praxe acadêmica, no relatório desta Comissão.

IV. No parágrafo seguinte, o relatório afirma: "Como pudemos observar e tem sido registrado por antropólogos 'a atuação do Programa junto à população indígena é positiva e os postos indígenas, graças ao Convênio FUNAI/ELETRONORTE são hoje melhor equipados do que eram em 1987', escreve Silva." Na qualidade de Presidente da ABA, V.Sa. teve acesso a toda a documentação referente ao episódio da cassação de minha autorização de pesquisa junto aos Waimiri-Atroari e é, portanto, desnecessário repetir aqui as posições por mim firmadas sobre o PWA/FE, de resto publicados em vários lugares. O trecho citado acima foi extraído de modo flagrantemente tendencioso de seu contexto de origem: uma longa carta onde manifestava preocupação com o regime de liberdade vigiada imposto aos Waimiri-Atroari pelo PWA/FE. Na tentativa de ser imparcial em minhas considerações, de fato ponderei que as ações assistencialistas do referido Programa eram tecnicamente mais eficazes que as que se desenvolviam anteriormente na Área Indígena. Destituída de seu contexto, esta citação induz a uma interpretação que representa exatamente o avesso de minhas posições: afinal, é possível supor um manicômio onde a alimentação é boa.

A exclusão dos antropólogos membros da ABA que conhecem os Waimiri-Atroari e o PWA/FE por parte desta comissão somada à circulação de um relatório problemático como este criam uma situação extremamente constrangedora para mim e, pior que isso, muito complicada para todos nós, tanto mais quando se sabe que há cópias do referido relatório no PWA, na Eletronorte, na FUNAI e até mesmo em organismos internacionais. Em uma cápsula, a gestão política desta iniciativa da ABA foi profundamente infeliz.

Demandas como as que motivaram a criação de uma Comissão da ABA para visitar o PWA/FE revelam a preocupação do setor elétrico brasileiro de alardear uma suposta competência indigenista, possivelmente para compensar sua notória incompetência no único domínio em que isto não deveria ocorrer: o da eletricidade. Tal incompetência, sempre associada a políticas de marketing, foi, diga-se



UNICAMP

4

de passagem, muito bem caracterizada em um artigo recente de V.Sa.² cuja leitura talvez fizesse bem a esta Comissão.

Pelo exposto, solicito à V.Sa. o encaminhamento, o mais rapidamente possível, das providências cabíveis para que os equívocos e as trapalhadas desta Comissão assim como os efeitos deste relatório não comprometam a ABA e seus associados. A disposição de V.Sa. para prestar qualquer esclarecimento complementar aos pontos levantados nesta carta, despeço-me,

Cordialmente,

Prof. Dr. Marcio Ferreira da Silva
IFCH-Depto. de Antropologia

Cópia para Chefe do Departamento de Antropologia, IFCH-UNICAMP e para os membros da ABA presentes à reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Indígenas, a se realizar em Brasília-DF, em 21 de junho p.f..

¹ Ribeiro, Gustavo L. 1992. "Da prefeitura ao Banco Mundial - Para uma metodologia de ação política com relação aos grandes projetos". in Arantes, A.A. et al. (Orgs) Desenvolvimento e Direitos Humanos: a responsabilidade do Antropólogo, Campinas, Editora da UNICAMP, p. 104.

² Santos, Silvio Coelho dos. 1992 "Metodologia para o estudo de projetos de desenvolvimento e suas implicações políticas - O caso das hidrelétricas". in Arantes, A.A. et al. (Orgs) Desenvolvimento e Direitos Humanos: a responsabilidade do Antropólogo, Campinas, Editora da UNICAMP, p. 81. Sobre a Usina Hidrelétrica de Balbina, seus efeitos ambientais e sociais, e a política de marketing da Eletronorte, ver especialmente as páginas 92 e 93.

Ilme Sr.
Professor Sílvio Coelho dos Santos
Presidente da Associação Brasileira de Antropologia
Departamento de Ciências Sociais
Universidade Federal de Santa Catarina
88049-900 - Florianópolis - SC

Senhor Presidente,

O Colegiado do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília tomou conhecimento do "Relatório Sobre a Visita aos Waimiri-Atroari: De 20 a 25 de setembro de 1992", assinado pela Professora Cecília Maria Vieira Helm, da Comissão de Assuntos Indígenas da ABA.

Preocupado com as repercussões que esse relatório possa ter, o Colegiado sente-se no dever de manifestar sua apreensão a respeito das repercussões do mesmo pelas seguintes razões:

1) o nível de competência do relatório deixa muito a desejar e expõe a ABA a críticas desnecessárias;

2) apesar de o relatório sugerir a necessidade de avaliações mais detalhadas, ele próprio tem o caráter de uma avaliação precária, não só pela insuficiência de sua exposição quanto pela impossibilidade de se realizar no tempo exíguo de 5 dias esse tipo de trabalho com a profundidade e seriedade que o caso Waimiri-Atroari exige;

3) o relatório, que expressa uma posição claramente favorável à atuação da ELETRONORTE junto aos índios Waimiri-Atroari, que a relatora caracteriza como "indigenismo alternativo" (pp. 8-9), presta-se facilmente ao papel de aval legitimador da ABA para políticas desenvolvimentistas que, comprovadamente, até hoje têm trazido enormes prejuízos para as populações indígenas. O caso da ELETRONORTE, até prova em contrário, não é exceção. Na ausência de uma avaliação mais competente e elaborada, esse relatório, problemático como é, corre o risco de ser instrumento de ações nocivas ao bem-estar não só dos Waimiri-Atroari como de outros grupos indígenas onde a ELETRONORTE atua ou vier a atuar.

Por tudo isso, o Colegiado do Departamento de Antropologia da UnB vê-se na contingência de instar a Presidência da ABA a desautorizar oficialmente o relatório em questão perante todas as instâncias às quais foi dirigido.

Brasília, 18 de junho de 1993

Curipados da Cunha Dias
Prof. Curipados da Cunha Dias
Subchefe do Depto de Antropologia
da Universidade de Brasília

cc.: Shelton Davis, Banco Mundial

A VISITA AOS WAIMIRI-ATROARI

mes de setembro de 1992

Convidados : Professor Silvio Coelho dos Santos e João Pacheco de Oliveira.

Finalidade : Organizar uma Comissão da ABA para fazer a Visita.

Tal missão tinha um caráter político: pressionar os administradores do Programa da FUNAI/ELETRONORTE, para que a área fosse reaberta à pesquisa antropológica e verificar as condições de vida dos indígenas.

Antecedentes: Baines, S. e Silva, M. denunciam que foram expulsos da área Waimiri-Atroari.

Silvio Coelho dos Santos faz contatos com a ELETROBRAS, através de Mirian Nutti, Departamento do Meio Ambiente. A ELETROBRAS, faz os convites e programa a visita.

João Pacheco convida Profa. Cecília Helm, Profa. Lux Vidal, Prof. Roque Laraia e Prof. Henyo Barreto Filho.

Prof. João Pacheco alguns dias antes da Visita alega motivos pessoais e se diz impedido de viajar. Faz contatos com a Profa. Cecília Helm, dizendo do interesse dele em que ela participe. Também informa que a Profa. Lux Vidal não poderá integrar a comissão. Diz estar encontrando dificuldades em compor a Comissão.

O Prof. Silvio Coelho dos Santos mantém a data da Visita já confirmada com a ELETROBRAS e as passagens e PTAs são expedidos.

Prof. Silvio faz contatos com a Universidade do Amazonas para reiterar convite a Henyo e também estende o convite a Lino João O. Neves.

Em 21-9 em Manaus, Prof. Henyo participa das discussões e informa que não poderá participar da viagem às aldeias dos índios Waimiri-Atroari.

A Comissão da ABA fica reduzida a três antropólogos que fazem a Visita às aldeias.

Prof. Silvio Coelho dos Santos solicita à Profa. Cecília Helm a elaboração do Relatório com a colaboração de Lino João. Ambos pedem ao Prof. Henyo que participe deste trabalho, devido a sua experiência na área e junto ao grupo de pesquisadores que vêm discutindo o Programa.

Prof. Baines toma conhecimento da Visita da ABA e escreve ao Prof. Silvio Coelho dos Santos, informando de seus trabalhos, dificuldades e que estaria disposto a colaborar com a Comissão.

Profa. Cecília Helm investiga os arquivos da ABA para coletar informações sobre o caso Waimiri-Atroari, sobre o impedimento dos antropólogos de realizarem pesquisas na área.

Na Reunião da ANPOCS, em Camambú-MG. os Professores Silvio Coelho, Baines, João Pacheco e Lino João conversaram sobre a visita.

Em novembro 1992 Lino João encaminha à Profa. Cecília Helm seus apontamentos, dizendo que não recebera apoio na Univ. do Amazonas, para escrever o documento. Henyo não participou da elaboração do relato.

Em novembro 1992 ainda, Profa. Cecília Helm, produziu uma Notícia Sobre a Visita publicada no Boletim n. 13 da ABA.

Prof. Baines entra em contato por telefone com Profa. Cecília Helm para informar sobre seu livro, editora e como fazer a compra do livro.

A Editora só enviou o livro em janeiro de 1993, apesar do pedido feito e cheque do pagamento haver sido enviado em outubro de 1992. Neste interim a Profa. Jean emprestou seu exemplar para que a Profa. Helm pudesse ler a tese de Baines.

Também a estudante de Pós Graduação em Antropologia do nome Cláudia, entra em contato com a Profa. Helm para se informar sobre a área indígena e dá início a seu trabalho. Quando retornou da área Waimiri-Atoari também conversou com a Profa. Helm sobre suas impressões e "boas" condições da pesquisa.

Em fevereiro de 1993 o Relatório é discutido com o Prof. Silvio Coelho e a ELETROBRAS solicita o Relatório.

Profa. Cecília Helm e Prof. Silvio Coelho pressionam a ELETROBRAS, para que encaminhe carta à ABA que trate da reabertura da área à pesquisa antropológica.

Em março 1993 a ELETROBRAS convida Prof. Silvio Coelho a participar de uma reunião do CONAMA em Brasília. Nesta reunião Prof. Silvio Coelho dá conhecimento dos pontos principais do Relatório e insiste com a ELETRONORTE, para que remeta o documento à ABA, dizendo que a área Waimiri-Atoari está reaberta à pesquisa científica.

Em março de 1993 Prof. Silvio Coelho e Profa. Cecília Helm marcam audiência e visitam o Presidente da FUNAI para pressionar ainda mais, quanto à reabertura da área Waimiri-Atoari.

Mes maio 1993.

Devido às insistentes solicitações da comunidade de antropólogos o Relatório sobre a Visita é divulgado.

Primeiramente Prof. Silvio Coelho lê o Relatório faz comentários e o documento é encaminhado pela Profa. Helm ao Coordenador da Comissão de Assuntos Indígenas, Prof. João Pacheco. Até aquele momento as decisões e a coordenação estiveram sob a responsabilidade do Presidente da ABA.

A redação do documento foi feita pela Profa. Cecília Helm que participou da Visita.

Ainda no mes de maio, o Presidente da ABA, Silvio Coelho dos Santos recebeu duas cartas dos especialistas S. Baines e M. Silva, sobre a Visita e o Relatório. Pelas cartas manifestaram seu descontentamento pelo fato de não terem sido convocados pela ABA para falar sobre os Waimiri-Atoari e o Programa da FUNAI/ELETRONORTE.

Mes de junho de 1993. A Diretoria da ABA e a Coordenação de Assuntos Indígenas reconhecem o erro político e, de comum acordo, decidem que deveria ser realizada, na Cidade de Brasília uma reunião da referida Comissão e convocam também os antropólogos S. Baines e M. Silva, que defenderam suas teses de doutorado sobre os Waimiri-Atoari.

A reunião servira para discutir e tomar decisões sobre procedimentos adotados pela ABA até a presente data e propor novos encaminhamentos, que o caso Waimiri-Atoari esteja a exigir.

A ABA, já recebeu, carta-ofício da FUNAI, assinada pelo novo Presidente, comunicando que nenhuma área indígena no país está fechada à investigação antropológica.

• Brasília, 21 - 6 - 93

Profa. Cecília M.V. Helm

Brasília, 21 de Junho de 1993.

Ilmo. Sr.
Prof. Sílvio Coelho dos Santos
Presidente da Associação Brasileira de Antropologia (ABA)
UFSC - Centro de Ciências Humanas
Departamento de Antropologia
Campus Universitário - Trindade
88.000 - Florianópolis - SC.

Senhor Presidente:

Tendo em vista dirimir quaisquer eventuais apropriações parciais e/ou distorcidas do "Relatório sobre a visita aos Waimiri-Atroari", a comissão de assuntos indígenas vem abaixo tecer algumas considerações, solicitando que delas seja dado conhecimento a FUNAI, ELETROBRÁS, PWAIFE ou outras instâncias interessadas no assunto.

Em primeiro lugar, cabe esclarecer que de forma alguma se trata de um relatório de avaliação do Programa Waimiri-Atroari, mas sim, como diz o próprio título, de um simples registro por escrito de uma breve viagem (20 a 25/06/93) à área Waimiri-Atroari feita por membros da ABA atendendo a convite da ELETRONORTE.

Segundo, a autoria do relatório cabe a Profa. Cecília Helm, na qualidade de relatora escolhida pela Comissão de Visita, não tendo sido portanto objeto de prévio conhecimento ou deliberação por parte da Comissão de Assuntos Indígenas ou de seu coordenador.

Terceiro, dada a complexidade da situação dos Waimiri-Atroari e a diversidade de pontos de vista sobre o chamado "Programa Waimiri-Atroari", é importante ressaltar a necessidade de um estudo específico a ser realizado no futuro, prevendo um tempo prolongado de campo, fundamentado e rigoroso em termos teóricos e metodológicos, conduzido com absoluta

Independência face às agências oficiais envolvidas. Será um trabalho futuro deste gênero que permitirá determinar as consequências do referido programa sobre a população indígena, fornecendo parâmetros efetivos para o redirecionamento e/ou melhoria das atividades indigenistas ali desenvolvidas.

Atentando para a existência anterior de práticas administrativas lamentáveis que resultaram na interrupção de importantes trabalhos de investigação antropológica, dos professores Stephen Baines e Márcio Silva, entre os Waimiri-Atroari. A Comissão de Assuntos Indígenas subscreve a afirmação do "Relatório de Visita" de que não existe razão alguma de justifique o fechamento da área Waimiri-Atroari às pesquisas antropológicas, solicitando a FUNAI para que, em consonância com a portaria, garanta o livre exercício das atividades profissionais de pesquisa dos antropólogos. Ou seja, "o direito ao pleno exercício da pesquisa livre de qualquer tipo de censura no que diga respeito ao tema, a metodologia e ao objeto de investigação" (artigo 1º do código de ética da ABA).

Prof. João Pacheco de Oliveira

Presidente da Comissão de Assuntos Indígenas - ABA

Membros:



UNICAMP

Campinas, 18 de maio de 1993

Aos colegas etnólogos do Museu Nacional, associados da ABA

Prezado Colega:

No Boletim da ABA nº 13, p.3, de outubro de 1992, nossa Associação divulgou a criação de uma comissão de antropólogos "... para verificar as condições de vida dos Waimiri-Atroari e apresentar sugestões para a melhoria do Programa Waimiri-Atroari". Este Programa, como todos sabem, foi criado por um convênio FUNAI / Eletronorte, no final de 1987, para a "minimização dos impactos" causados pela instalação da Usina Hidrelétrica de Balbina, no território tradicional deste povo. Entenda-se por "minimização dos impactos" o desaparecimento de uma bacia hidrográfica (rios Abonari e Uatumã) e o alagamento de duas aldeias importantes.

Atendendo a esta solicitação da FUNAI/Eletronorte, nossa Associação indicou um grupo de colegas, que realizou uma visita a área entre os dias 20 e 25 de setembro p.p., além de fazer uma série de contatos com representantes do setor elétrico (Cf. Bol ABA nº 13, p.3). Os primeiros contatos desta comissão com os interessados em um aval da ABA para as suas políticas ocorreram quando da visita a área; os últimos, segundo fui informado, teriam ocorrido há menos de um mês, precisamente em 20 de abril p.p., na sede da Eletrobrás, em Brasília. Enquanto isso, Stephen Baines (da UnB) e eu, autores das únicas teses de doutorado sobre esta sociedade e sócios efetivos da ABA, fomos (digamos assim) esquecidos por esta comissão composta exclusivamente por colegas antropólogos. Posteriormente, fui informado por João Facheco de Oliveira Filho, presidente da Comissão de Assuntos Indígenas (CAI) de nossa Associação, em telefonema recente, que até a presente data esta comissão não apresentou o relatório conclusivo à diretoria da ABA, prometido há mais de seis meses (Cf. Bol ABA nº 13, p.3).

Decidi então sugerir à ABA a divulgação imediata do relatório final desta comissão "ad hoc". Além disso, solicitei uma posição oficial da CAI em relação ao desinteresse desta comissão em ouvir os dois únicos antropólogos especialistas naquela sociedade. Creio, assim como Stephen, que este suposto desinteresse pode levantar dúvidas sobre a indispensável imparcialidade desta iniciativa da ABA, etc...

Esperando contar mais uma vez com o apoio e a solidariedade dos meus colegas etnólogos, coloco-me a disposição de todos para prestar qualquer informação suplementar sobre o episódio. Creio, no entanto, que os fatos de alguma forma falam por si.

Atenciosamente,

Marcio Ferreira da Silva

em anexo: carta p/ o Presidente da C.A.I. sobre o caso.

São Paulo, 17 de maio de 1993

Prof. Dr. João Pacheco de Oliveira Filho
Presidente da Comissão de Assuntos Indígenas da
Associação Brasileira de Antropologia
UFRJ - Museu Nacional - PPGAS
Quinta da Boa Vista s/n - CEP 20942 - Rio de Janeiro - RJ

Sr. Presidente:

Na qualidade de sócio efetivo da ABA, venho pela presente expor e solicitar a V.Sa. o que se segue:

1. Como é do conhecimento de V.Sa., desenvolvi no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, um projeto de pesquisa de doutorado sobre estrutura social e parentesco dos índios Waimiri-Atroari. No início de 1987, depois de cumprir todas as exigências burocráticas da FUNAI previstas na Portaria nº 1570 de 25/09/86, recebi a Autorização nº 032/MUS/87, para realizar pesquisa de campo, válida por um período de dois anos, de 15 de fevereiro de 1987 a 14 de fevereiro de 1989. Além disso, conquistei, logo nos primeiros dias de campo, uma Autorização dos próprios Waimiri-Atroari para desenvolver meu projeto entre as aldeias do vale do Camanaú (Cf. Radiograma FUNAI/Camanaú nº 36, de 26/3/87).

2. Em 20 de novembro de 1987, quando completava oito meses e meio de pesquisa junto a este povo, o então Superintendente da 5ª SUER da FUNAI, Sebastião Arnâncio da Costa solicitou ao então presidente do Órgão, Romero Jucá Filho a cassação de minha autorização, alegando "comportamentos não condizentes em área indígena, contrários à filosofia e diretrizes da FUNAI", no que foi imediatamente atendido. Meu comportamento "não condizente", contrário a filosofia e diretrizes" foi ter, por convicções éticas e profissionais, recusado polidamente o convite formulado pelo então presidente da FUNAI para participar do Grupo de Trabalho Interdisciplinar de avaliação dos prejuízos causados pela Usina Hidrelétrica de Balbina e de elaboração de um programa assistencialista compensatório que teve como atribuição, entre outras coisas, a transferência de duas aldeias que seriam inundadas pelo reservatório (FUNAI-PP/1332/87).

3. Durante o ano de 1988, empreendi inúmeros esforços para reverter este quadro, até esgotar todas as vias administrativas. Recebi, neste período, o apoio institucional do Museu Nacional da UFRJ, da UNICAMP e do CNPq. Além disso, contei ainda com a solidariedade de associações científicas como a ABA, a ABRALIN, a ANPOCS e a SBPC. Mesmo assim, a FUNAI recusou-se até mesmo a prestar esclarecimentos relativos à cassação.

4. Um mês depois da data de término de minha autorização (em 14 fevereiro de 1989), a FUNAI, sensível às pressões da ABA, finalmente se pronunciou sobre este lamentável episódio, ocasião em que declarou não ter apurado,

em sindicância realizada na 5ª SUER, nada que pudesse justificar a cassação de minha autorização de pesquisa. O mesmo documento manifestava ainda a disposição da FUNAI em conceder uma nova permissão para ingresso na área indígena. Apresentei então um pedido de revalidação da autorização 032/MUS/87, por um período correspondente ao tempo em que fiquei impedido de regressar à área. Poucas semanas depois, a FUNAI, através de ofício, declarou que não dispunha de cópia de meu projeto de pesquisa, peça fundamental, segundo foi alegado, para que os índios pudessem tomar conhecimento de meus objetivos profissionais na área. Desnecessário sublinhar que a autorização 032/MUS/87 mencionada no item acima só pôde ser obtida mediante a apresentação de um conjunto de documentos, previstos na Portaria FUNAI nº 1570 de 25/09/86, o que incluía o plano de pesquisa. Desnecessário sublinhar ainda que, depois de vários meses de permanência nas aldeias do vale do Camanaú já éramos, eu e meu trabalho, de alguma forma, conhecidos pelos Waimiri-Atroari.

5. Além dos transtornos e prejuízos profissionais gerados por um ato administrativo, no mínimo, intempestivo, a cassação de minha autorização de pesquisa ocorreu em um momento particularmente difícil para os Waimiri-Atroari: três semanas após o início da formação dos lagos da UHE de Balbina e durante a fase inicial de implantação do Programa Waimiri-Atroari da FUNAI/Eletronorte. Coincidência? Não tenho como responder a esta pergunta. Mas o que importa é que, desde a implantação do Programa Waimiri-Atroari, a área indígena em questão configura-se como uma "Zona Proibida" para qualquer pesquisa, mesmo credenciada por instituições científicas brasileiras como o Museu Nacional-UFRJ e a UNICAMP. O ingresso na área vem dependendo desde então exclusivamente do beneplácito dos responsáveis mais imediatos pelo referido Programa, capaz de substituir, com vantagens, a autorização expedida pela FUNAI, bem como o parecer do CNPq.

6. Tomei conhecimento, através do Boletim da ABA nº 13 p.3, de que a nossa Associação, atendendo à solicitação do Departamento de Meio Ambiente da Eletrobrás e da Coordenação do Programa Waimiri-Atroari, indicou uma "comissão de antropólogos para verificar as condições de vida dos Waimiri-Atroari e apresentar sugestões para a melhoria do Programa...". Mais adiante, no texto assinado por Cecília Maria Vieira Helm, tomei conhecimento ainda de que a comissão de antropólogos da ABA, "...na difícil tarefa de averiguar como estão sobrevivendo os índios Waimiri-Atroari, devido às vicissitudes e mudanças que ocorreram em seu modo tradicional de vida e organização..." teve o cuidado de ouvir representantes da Eletrobrás, técnicos da FUNAI e da Eletronorte, além dos coordenadores do Programa Waimiri-Atroari.

7. A indicação de membros da ABA não diretamente envolvidos com os Waimiri-Atroari atendeu certamente a princípios de imparcialidade, que sempre nortearam nossa Associação. Pesquisadores como Stephen Grant Baines e eu, ambos autores das duas únicas teses de doutorado sobre esta sociedade, ambos professores de universidades como a UnB e a UNICAMP, ambos sócios efetivos da ABA, não fomos indicados para integrar esta iniciativa de nossa Associação porque, presumo, ambos conhecíamos de perto (perto demais) o Programa Waimiri-Atroari, desde a sua implantação. A ABA julgou por bem, a fim de garantir a imparcialidade da comissão, designar colegas neutros deste ponto de vista. Até aí posso entender.

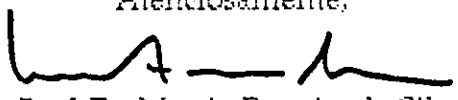
8. Porém, curiosamente, apenas uma das partes foi ouvida por esta comissão até agora: o Setor Elétrico. Stephen e eu nunca fomos formalmente contatados pela comissão, que visitou os Waimiri-Atroari e o Programa, entre os dias 20 e 25 de setembro p.p.. Sinceramente não creio que a ABA esteja participando de algum mecanismo de exclusão, o que é, diga-se de passagem, uma das principais características do referido Programa em relação aos antropólogos. É incompreensível, portanto, que justamente em nossa Associação os antropólogos diretamente envolvidos com o tema não sejam sequer ouvidos em atividades como esta. Afinal, Stephen e eu passamos um pouco mais de cinco dias entre este povo e, com certeza, também temos algo a dizer a esta comissão indicada pela ABA sobre este Programa da FUNAI/Eletronorte.

Pelo exposto, solicito a V.Sa. que se pronuncie em relação aos pontos levantados nesta carta. Além disso, solicito que V.Sa. recomende aos membros desta comissão a publicação imediata do relatório prometido há mais de seis meses (Bol.ABA nº 12, p.3), no próximo Boletim de nossa Associação, juntamente com esta carta.

Finalmente, embora esta comissão da ABA não tenha achado por bem nos consultar sobre os métodos, políticas e efeitos do referido Programa da FUNAI-Eletronorte durante todos estes meses dedicados à elaboração do relatório, gostaria ainda assim de contribuir de alguma forma para esta iniciativa: sugiro que a nossa Associação aproveite a oportunidade para mais uma vez reafirmar o direito dos antropólogos poderem realizar as suas pesquisas na Área Indígena Waimiri-Atroari, sem estarem lá obrigados a se associar às atividades ou às demandas deste Programa. Em outras palavras, o "direito ao pleno exercício da pesquisa, livre de qualquer tipo de censura no que diga respeito ao tema, à metodologia e ao objeto da investigação", tal como prevê o 1º Artigo de nosso Código de ética (Bol.ABA nº 14, p.16). Com apenas cinco dias de visita aos Waimiri-Atroari, e sem ouvir os associados da ABA especialistas naquela sociedade, mas apenas os representantes da FUNAI e do Setor Elétrico, o que mais seria possível este relatório concluir com imparcialidade?

A disposição de V.Sa. para prestar qualquer informação suplementar sobre os pontos levantados acima, despeço-me,

Atenciosamente,



Prof. Dr. Marcio Ferreira da Silva
UNICAMP- IFCH - Depto. de Antropologia

c.c. p/ Prof. Dr. Silvio Coelho dos Santos
Presidente da ABA